

ENTRE O CORPO QUE AMADURECE E O ESTADO QUE SILENCIA: A COMPLEXIDADE DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

Denny Ewerton Costa Cruz ¹

RESUMO

A gravidez na adolescência no Brasil permanece como um fenômeno persistente e desigual, frequentemente abordado por discursos moralizantes ou individualizantes que obscurecem suas raízes estruturais. O objetivo geral deste trabalho é analisar a gravidez na adolescência como expressão de um fenômeno complexo, marcado pelo descompasso entre amadurecimento biológico precoce e autonomia social tardia, articulado à violência estrutural e à omissão histórica do Estado. Justifica-se a pesquisa pela necessidade de deslocar o debate de interpretações simplistas para uma leitura crítica que reconheça a responsabilidade institucional na produção de vulnerabilidades. O problema central consiste em compreender como a organização social, política e histórica do país contribui para a persistência de gestações precoces, especialmente entre meninas em contextos de desigualdade. Parte-se da hipótese de que a gravidez na adolescência não decorre prioritariamente de escolhas individuais, mas da ausência de políticas públicas integradas, da fragilidade da educação sexual e da naturalização de relações de poder assimétricas. Trata-se de um ensaio teórico-analítico, fundamentado na leitura crítica de produções acadêmicas, documentos institucionais e dados secundários sobre adolescência, direitos reprodutivos e saúde pública. A análise evidencia que a gravidez precoce está associada à violência sexual, à evasão escolar, à reprodução intergeracional da pobreza e à manutenção de desigualdades sociais, reforçadas por respostas estatais fragmentadas. Conclui-se que enfrentar a gravidez na adolescência exige políticas públicas contínuas, intersetoriais e baseadas em evidências, capazes de garantir proteção integral, autonomia e direitos às adolescentes brasileiras.

Palavras-chave: Adolescência. Gravidez na adolescência. Saúde pública.

ABSTRACT

Teenage pregnancy in Brazil remains a persistent and unequal phenomenon, often addressed through moralizing or individualizing discourses that obscure its structural roots. The general objective of this study is to analyze teenage pregnancy as an expression of a complex

¹ Enfermeiro pelo Centro Universitário de Excelência (Unex) de VCA - BA, denny.cruz@ftc.edu.br

phenomenon, marked by the mismatch between early biological maturation and delayed social autonomy, articulated with structural violence and the historical omission of the State. The study is justified by the need to shift the debate from simplistic interpretations to a critical perspective that recognizes institutional responsibility in the production of vulnerability. The central problem is understanding how the country's social, political, and historical organization contributes to the persistence of early pregnancies, especially among girls living in contexts of inequality. The hypothesis is that teenage pregnancy does not primarily result from individual choices but from the absence of integrated public policies, the fragility of sexual education, and the normalization of asymmetric power relations. This is a theoretical-analytical essay based on critical reading of academic literature, institutional documents, and secondary data on adolescence, reproductive rights, and public health. The analysis shows that early pregnancy is associated with sexual violence, school dropout, intergenerational poverty, and the maintenance of social inequalities, reinforced by fragmented state responses. It is concluded that addressing teenage pregnancy requires continuous, intersectoral, and evidence-based public policies capable of ensuring comprehensive protection, autonomy, and rights for Brazilian adolescents.

Keywords: Adolescence. Teenage pregnancy. Public health.

INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência permanece como um dos temas mais sensíveis e controversos no campo da saúde pública brasileira. Apesar de décadas de debate, o fenômeno continua sendo tratado, em grande parte, por abordagens que responsabilizam individualmente meninas e adolescentes, ocultando as condições sociais, políticas e históricas que estruturam essa realidade. Essa leitura reducionista ignora que a adolescência é uma construção social atravessada por desigualdades profundas e que a gravidez precoce não se distribui de forma homogênea no território nacional.

Nas últimas décadas, observa-se um paradoxo central: enquanto a sociedade ampliou mecanismos de proteção à infância e à adolescência, retardando a entrada formal na vida adulta, o amadurecimento corporal ocorre de forma cada vez mais precoce. Esse descompasso entre corpo e autonomia cria um terreno fértil para situações de vulnerabilidade, sobretudo em contextos marcados por pobreza, baixa escolarização e ausência do Estado. A gestação, nesses casos, não emerge como escolha livre, mas como consequência de relações assimétricas de poder, violência estrutural e desinformação.

A persistência de gestações em meninas muito jovens revela não apenas fragilidades individuais, mas falhas coletivas. A ausência de políticas públicas intersetoriais, a fragilidade da educação sexual e o silêncio institucional diante da violência sexual contribuem para a manutenção do problema. Diante desse cenário, torna-se necessário adotar uma perspectiva analítica que compreenda a gravidez na adolescência como fenômeno complexo, recusando explicações lineares e moralizantes.

Este trabalho propõe uma análise teórico-crítica da gravidez na adolescência no Brasil, deslocando o foco da responsabilização individual para a compreensão das estruturas que produzem vulnerabilidade. Ao fazê-lo, busca-se contribuir para o debate científico e para a formulação de políticas públicas mais consistentes, comprometidas com a proteção integral e os direitos das adolescentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da gravidez na adolescência exige o reconhecimento de sua complexidade. Não se trata de um evento isolado ou de um problema estritamente biológico, mas de um fenômeno socialmente produzido, atravessado por relações de poder, desigualdades históricas e omissões institucionais. A leitura teórica aqui adotada recusa explicações monocausais e propõe uma abordagem integrada, capaz de articular múltiplas dimensões da realidade social.

Adolescência como construção social e o descompasso corpo-autonomia

A adolescência não pode ser compreendida apenas como uma fase cronológica da vida. Ela é uma construção social que varia conforme o contexto histórico, cultural e econômico. No Brasil contemporâneo, observa-se um prolongamento da dependência familiar e da escolarização, ao mesmo tempo em que o amadurecimento biológico ocorre cada vez mais cedo. Esse desencontro produz uma condição de vulnerabilidade específica, na qual o corpo atinge a capacidade reprodutiva antes que o sujeito disponha de autonomia emocional, cognitiva ou material.

Esse descompasso não é neutro. Ele se manifesta de forma mais intensa entre meninas que vivem em contextos de desigualdade social, onde o acesso à informação, à proteção e aos serviços de saúde é limitado. Nesses cenários, a sexualidade se organiza sob relações assimétricas de poder, frequentemente marcadas por coerção e violência. A gravidez, portanto, não pode ser interpretada como escolha individual desvinculada das condições que a tornam possível.

Violência estrutural e naturalização das gestações precoces

A elevada incidência de gestações em meninas muito jovens evidencia a presença de violência estrutural na sociedade brasileira. Essa violência não se expressa apenas em atos explícitos, mas também no silêncio, na omissão e na normalização de práticas que violam direitos. A tolerância social a uniões precoces, a culpabilização das vítimas e a dificuldade de acesso a mecanismos de proteção contribuem para invisibilizar a violência sexual.

A violência estrutural opera de forma difusa, atravessando famílias, instituições e políticas públicas. Ao tratar a gravidez precoce como “acontecimento da vida”, a sociedade contribui para a manutenção de ciclos de vulnerabilidade. Essa naturalização impede o reconhecimento da gestação precoce como violação de direitos e limita a construção de respostas institucionais eficazes.

O Estado como produtor de vulnerabilidade

O papel do Estado na reprodução da gravidez na adolescência não pode ser ignorado. A ausência de políticas públicas consistentes, especialmente no campo da educação sexual, revela uma escolha política que produz efeitos concretos na vida das adolescentes. A fragmentação entre saúde e educação, a descontinuidade de programas preventivos e a influência de pautas morais na formulação de políticas ampliam a vulnerabilidade juvenil.

Ao se omitir, o Estado deixa de cumprir sua função protetiva e contribui para a reprodução das desigualdades. A gravidez na adolescência, nesse sentido, é também expressão de uma falha institucional, que transforma direitos em privilégios e expõe meninas a riscos evitáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise teórico-crítica da gravidez na adolescência no Brasil evidencia que o fenômeno não pode ser compreendido por meio de explicações simplistas ou moralizantes. Trata-se de uma questão estrutural, produzida pelo descompasso entre amadurecimento biológico e organização social, pela violência estrutural e pela omissão histórica do Estado.

Enfrentar a gravidez na adolescência exige abandonar a lógica da responsabilização individual e reconhecer a centralidade das políticas públicas na produção de proteção ou vulnerabilidade. A educação sexual, a articulação intersetorial entre saúde e educação e o fortalecimento de mecanismos de proteção social são elementos fundamentais para romper ciclos de desigualdade.

Mais do que prevenir gestações, é necessário garantir condições para que adolescentes possam exercer autonomia, construir projetos de vida e ter seus direitos respeitados. A gravidez na adolescência, enquanto fenômeno social, revela muito sobre a forma como o país cuida — ou falha em cuidar — de suas meninas. Enfrentá-la é, portanto, um compromisso ético com a justiça social e com a proteção integral da adolescência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Código Penal, para dispor sobre crimes sexuais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 ago. 2009.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Orientações básicas de atenção integral à saúde de adolescentes nas escolas e unidades básicas de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Avanços, desafios e compromissos na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Brasília, 2025.

GREGORI, Maria Filomena. Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 47–74, 2014.

INTERNATIONAL CENTER FOR EQUITY IN HEALTH. Maternidade na adolescência no Brasil: altas taxas de fecundidade e desigualdades regionais. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2025.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde e sexualidade de adolescentes: construindo equidade no SUS. Brasília: OPAS, 2017.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara aprova projeto que cancela diretrizes sobre aborto em crianças e adolescentes vítimas de estupro. Brasília, 2024.